

Sistema de Transparência Pública para a Assembleia Legislativa do RN

Documento de Visão

Versão 1.3

Sistema de Transparência Pública para a Assembleia Legislativa do RN	UFRN
Documento de Visão	Versão 1.4

Histórico de Revisão

Data	Versão	Descrição	Autor
03/04/2014	1.0	Concepção do documento	Íslame Felipe
05/04/2014	1.1	Leitura do documento com adição de informações e comentários	Felipe Cortez
07/04/2014	1.2	Preenchimento inicial das tabelas de stakeholders e usuários, necessidades chave, perspectiva do produto e precedências e prioridades Felipe Cortez	
07/04/2014	1.3	Formatação de capa e correção de erros Felipe Cortez	

Sumário

1	Introdução	2
1.1	Finalidade	2
1.2	Escopo do documento	2
1.3	Definições, acrônimos e abreviações	2
1.4	Referências	2
2	Contextualização	3
2.1	Descrição do problema	3
2.2	Sentença de posição do produto	3
3	Descrição dos stakeholders e dos usuários	4
3.1	Principais stakeholders e usuários	4
3.2	Necessidades chave dos stakeholders e dos usuários	4
4	Visão geral do produto	4
4.1	Perspectiva do produto	4
4.2	Premissas e dependências	5
4.3	Limites do produto	5
5	Requisitos funcionais do produto	5
6	Precedência e prioridades	6
7	Requisitos não-funcionais do produto	6
8	Restrições técnicas	7

Documento de Visão

1 Introdução

1.1 Finalidade

A finalidade deste documento é proporcionar uma perspectiva geral do projeto proposto, a fim de que seja possível compreender o seu produto. Assim, será possível entender as necessidades do sistema, as funcionalidades a serem implementadas e as restrições requisitadas. Este documento também visa entender o contexto da aplicação, seus stakeholders, requisitos, bem como desafios que devem ser enfrentados.

1.2 Escopo do documento

Este documento de visão se aplica ao Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Este projeto propõe desenvolver um sistema web (na forma de portal) que deverá disponibilizar, de uma maneira transparente e imparcial, os aspectos que caracterizam os trâmites políticos, administrativos e econômicos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Como exemplos de tais aspectos estão a atuação dos parlamentares nas seções e nas votações de projetos importantes para a sociedade, bem como os projetos de leis que estão em votação atualmente. Eis o principal problema que deve ser resolvido: coletar informações concretas de tais aspectos e disponibilizá-las em um portal prático, isto é, de fácil manuseio e de pesquisa rápida, de modo a atrair o cidadão para que o mesmo possa usufruir do seu direito à informação.

Colocar diagramas de contexto

1.3 Definições, acrônimos e abreviações

Não se aplicam até agora

1.4 Referências

Este documento poderá ser complementado ao ter em mãos os documentos descritos

2 Contextualização

2.1 Descrição do problema

Problemas	<ul style="list-style-type: none">• Coletar informações acerca dos fatos administrativos, políticos e econômicos da Assembleia Legislativa do RN• Garantir a veracidade e integridade destas informações• Fazê-las chegar aos cidadãos, por um portal de fácil acesso e manuseio• Instigar o cidadão a fiscalizar os trâmites legislativos (o que lhe é de direito) através do uso da web• Aproximar a Assembleia Legislativa e seus representantes da população
Pessoas atingidas	O cidadão é o principal agente atingido por este projeto, uma vez que o mesmo poderá inteirar-se acerca do que acontece na Assembleia, bem como das ações tomadas por parte dos seus representantes legislativos. A Assembleia Legislativa também deve ser beneficiada, pois terá a oportunidade de manter sua imagem transparente junto à população.
Cujo impacto é	O principal impacto é o aprimoramento da visão crítica do cidadão, que poderá melhor discernir sobre suas próprias decisões no âmbito do seu exercício da democracia. A sociedade como um todo deve, portanto, ser beneficiada. A preocupação com a usabilidade facilitaria o acesso às informações. Outro impacto, de certa forma, será a revelação de possíveis irregularidades que possam acontecer pelo mau uso do sistema representativo.
Uma solução bem sucedida traria	Traria as informações mais relevantes à população, de modo claro, objetivo e imparcial. Traria também um portal de fácil manuseio e que coloca tais informações em primeiro plano.

2.2 Sentença de posição do produto

Para	A sociedade em geral
Quem	Por meio de seu gerente comercial
O	É um portal para a transparência da Assembleia Legislativa do RN
Que	Proporcionar amplo acesso às informações acerca dos trâmites legislativos
Diferente de	Não se aplica
Nosso produto	Traz a informação de maneira clara, objetiva e imparcial

3 Descrição dos stakeholders e dos usuários

3.1 Principais stakeholders e usuários

Esta seção será detalhada no documento termo de atribuição de papéis e responsabilidades. Fazer em conjunto com o gerente. As informações de identificação são um exemplo.

Identificação	Responsabilidades	Stakeholders
Gerentes do projeto		Bernardo Gurgel
Analistas de requisitos		Íslame Felipe
Arquiteto do projeto		Todos
Projetista de interfaces do projeto		Felipe Cortez
Programadores		Todos
Organização		Ricardo Wagner, Rubens Viana e Victor Schinaider
Usuário		População geral

3.2 Necessidades chave dos stakeholders e dos usuários

No.	Descrição	Prioridade do cliente	Observações
1	Monitorar funcionamento da Assembleia Legislativa	1	
2	Monitorar parlamentares	1	
3	Ter acesso aos gastos de um parlamentar	1	
4	Ter acesso aos projetos em geral de um parlamentar	1	

4 Visão geral do produto

4.1 Perspectiva do produto

O xxx é um sistema xxx... Sua finalidade é

Resumo das funcionalidades do produto. Para cada necessidade apresentada na seção 3.2, detalhar na coluna funcionalidades.

Necessidades	Funcionalidades correspondentes
1	Listar características da Assembleia
2	Pesquisar parlamentar
3, 4	Ver página de um parlamentar

4.2 Premissas e dependências

O sistema é um portal web. Inicialmente deve-se desenvolvê-lo para acesso em qualquer navegador de um computador ligado à Internet. Posteriormente, pode-se pensar em abranger esta ideia para dispositivos móveis, ou até mesmo uma aplicação móvel.

4.3 Limites do produto

O portal deve atender à legislação vigente quanto à divulgação de informações na Internet. Este projeto propõe uma fiscalização às atividades na Assembleia Legislativa, que envolve pessoas, como os parlamentares, assessores e secretários. As publicações no portal, inevitavelmente, devem envolver tais atores, desde que os mesmos participem de alguma atividade caracterizada por seu aspecto público ou que envolva, de algum modo, o uso de recursos públicos. Não serão publicadas, portanto, informações de cunho estritamente pessoal.

5 Requisitos funcionais do produto

- Ter uma página com o perfil de cada parlamentar: considera-se este requisito como um dos mais básicos, uma vez que o usuário deverá ter conhecimento sobre cada um dos seus representantes, seus partidos e ideologias;
- Mostrar o envolvimento de cada parlamentar em atividades relacionadas ao uso do poder legislativo, como em votações, seções, comissões, debates e etc
- Estender o requisito anterior para atividades fora da Assembleia, como a participação do parlamentar em causas e ações sociais
- Transparecer os gastos com o dinheiro público. Servirá como uma prestação de contas públicas que será disponibilizada ao cidadão. Atualmente, alguns sites já fazem isso, porém de maneira obscura. A ideia é que os gastos possam ser monitorados e atualizados em períodos regulares (como semanalmente ou mensalmente). Eles podem envolver cada parlamentar individualmente, através do uso de verbas de custeio ou para emendas parlamentares ou podem envolver a Assembleia enquanto instituição, por exemplo, seus gastos com pagamento de assessores, secretários, serviços, compras e licitações.
- Os gastos de cada parlamentar em campanhas eleitorais também devem ser monitorados. De fato, esta é uma atividade que tem a ver com a Assembleia Legislativa, pois apenas serão disponibilizados dados referentes a deputados eleitos pelo voto

direto (e que, portanto, estão em exercício do poder legislativo), e que foram declarados à Justiça Eleitoral no momento do registro da candidatura.

- Os dados referentes ao orçamento público devem ter sua devida atenção. Uma vez que a proposta foi aprovada em plenário, o texto deve ser publicado na íntegra. Outra seção deve ser criada para destacar as principais cláusulas do documento, como o valor total do orçamento, destino das verbas e previsões.
- Monitorar os projetos dos parlamentares (das mais diversas naturezas) que estão atualmente em discussão, os que foram aprovados ou reprovados, e os que estão em espera pela pauta. Criar infográficos interativos que separe bem estas categorias, evidenciando a importância de cada uma. Este requisito é importante pois o cidadão terá como conhecer as ideias do parlamento e poderá formar suas opiniões.
- Dedicar uma seção para aqueles projetos que foram votados e aprovados, mas que nunca saíram do papel. Apresentar o usuário uma satisfação sobre o ocorrido.
- Noticiar seções, eventos, congressos e comissões que venham debater assuntos relevantes e de interesse geral da população.
- Possibilitar pesquisas rápidas em históricos, dos períodos legislativos passados. Manter uma base de dados para este requisito.
- Possibilitar o contato direto do cidadão com o parlamentar, através do envio de e-mail.

6 Precedência e prioridades

O critério entrega será utilizado para agrupar as funcionalidades que serão entregues em prazos predeterminados pelo gerente de projeto e analista de requisitos da equipe.

No.	Funcionalidade	Prioridade do cliente	Entrega
1		1	???
2		1	???
3		1	???
4		1	???

7 Requisitos não-funcionais do produto

- Requisitos de usabilidade: o portal deve apresentar uma interface amigável interativa, a fim de proporcionar ao usuário uma fácil navegação e compreensão do conteúdo exposto.
- O termo transparência deve ser convertido em um requisito não-funcional. Este é o diferencial do projeto proposto. De fato, deve ser fácil de se encontrar a informação, sem caminhos excessivamente longos que possam desencorajar o usuário de procurar pela informação.

- Toda publicação deve atender à legislação vigente. Além disso, deve ser feita de maneira imparcial, isto é, sem beneficiar nenhum partido político ou qualquer entidade.
- Deve-se assegurar a veracidade das informações.

8 Restrições técnicas